

# emece

mememememememememememememe me memememememememememememememe

Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa . Ano XIII . Nº36 . Setembro de 2016  
Caixa Postal 14576 . CEP: 22410-971 . Rio de Janeiro . RJ . fontes@riseup.net . http://marquesdacosta.wordpress.com

## O porto do Rio de Janeiro, a greve dos marítimos e o comitê pela libertação de José Leandro

O porto do Rio de Janeiro acompanhou as transformações políticas e principalmente econômicas da história do Brasil, e em termos da dinâmica da cidade, foi responsável por eventos que marcaram época na história do movimento operário carioca. O porto contava nas primeiras décadas do século XX com uma heterogeneidade de trabalhadores de diversas identidades étnico-raciais e nacionalidades, mas possuía a predominância de trabalhadores negros em sua composição social.

Como reforçado por Gaspar (2014) a transição escravismo/capitalismo ao invés de uma ruptura revolucionária, fez manter de pé a hegemonia da oligarquia agrária que manteve restrito o acesso da população negra a determinadas funções exercidas pelos trabalhadores brancos ou com a possibilidade de exercê-las com um salário menor[1].

Tal maioria de trabalhadores negros era fruto de relações estruturais que estavam ligadas a herança do sistema escravocrata. Contudo, havia também uma experiência de luta, solidariedade e organização que atravessou os anos. Como afirmado pelo historiador Marcelo Badaró Mattos, ainda sob o sistema escravocrata é possível afirmar que “trabalhadores escravizados e “livres” partilharam também formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posterior-

es do processo de formação da classe[2]. Nesse contexto, a região da Saúde, Gamboa e Santo Cristo tornava-se um centro irradiador de mão-de-obra – geralmente temporária – mas também local de moradia e lazer que girava em torno do porto.

Segundo Silva (2007) os trabalhadores geralmente estavam subordinados a um trabalho ocasional, já que a contratação dependia da quantidade de cargas, o que provo-

Bernardes propunha algumas medidas favoráveis aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, reprimia os setores mais radicalizados. No caso do porto, as condições sociais eram as piores. Muitos trabalhadores dormiam em bancos de praça, em hospedarias ou permaneciam no próprio porto aguardando serem chamados para trabalhar. Não existia nenhuma proteção social caso adoecessem ou se acidentassem e a insalubridade do trabalho – somada

as longas horas de trabalho – fazia com que estes se incapacitassem muito cedo[4].



Cabeçalho do periódico *Voz do Povo*. Acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

cava a desvalorização dos salários mediante a manutenção de um exército de mão-de-obra[3]. Cabe ressaltar que, no caso brasileiro, esse contingente foi em grande medida construído por uma forte ideologia racista do embranquecimento da mão-de-obra e de manutenção da desigualdade no acesso do trabalhador negro a determinados postos de trabalho. Mesclaram-se, assim, os efeitos mais perversos do racismo e da exploração capitalista.

As desigualdades estruturais e os problemas conjunturais causados pelo fim da 1ª Guerra Mundial ainda ecoavam nas lutas dos trabalhadores. O Rio de Janeiro ainda respirava os ares tumultuosos da grande greve geral de 1917 e da insurreição ocorrida em 1918, mas o governo se antecipava e Arthur

Com isso, na virada de 1920 para 1921, uma nova e grande greve dos marítimos foi encabeçada pela *Federação dos Trabalhadores dos Portos Marítimos e Fluviais* se espalhou pelo Estado do Rio. O jornal *Voz do Povo*, administrado pela *Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ)*, afirmava que os marítimos exigiam das empresas “melhorias de salários e das condições de vida a bordo” e se diziam “fartos de tolerar esse regime de escravos”[5].

Os marítimos sofriam influência do sindicalismo moderado dos chamados “coronéis marítimos”, particularmente entre 1917 e 1920, mas os anarquistas esforçavam-se em penetrar nessa categoria. Baseavam-se na articulação da FTRJ para influenciar ainda mais a categoria dos marítimos com os pressupostos do sindicalismo revolucionário.

Sua esperança era a de alinhar

essas categorias no III Congresso Operário Brasileiro, que estava programado para ocorrer entre os dias 23 e 30 de abril de 1920 e aproveitar o descompasso das bases com as direções reformistas que ocorriam em alguns momentos de greve.

Nesse contexto, o cozinheiro negro e pernambucano José Leandro da Silva, passava o tempo nas docas persuadindo outros marítimos a integrarem o movimento grevista[6].

Na manhã de 4 de fevereiro de 1921, José Leandro foi interpelado por um policial, que ordenou que ele saísse do cais e desaparecesse do porto. Segundo Dulles (1977), Leandro puxou uma faca de cozinheiro e investiu contra o policial, que teve como única alternativa se jogar no mar. Outros agentes da polícia tentaram deter Leandro, que infligiu ferimentos graves em quatro dos seus perseguidores.

A polícia iniciou um tiroteio para atingi-lo, o que causou a morte de um conferente portuário. Leandro se entregou e, segundo Milton Lopes (2011), foi levado ao hospital e teve 17 balas de pistola retiradas do corpo. Apesar de não portar nenhuma arma de fogo, foi julgado e condenado a 30 anos de prisão pela morte do conferente [7]. Obviamente, deve ter pesado nessa sentença o fato de Leandro ser negro e pobre, além de ter desafiado a ordem vigente como grevista. Lembrando que há todo um discurso produzido à época por jornais da zona portuária como local por excelência das “classes perigosas”[8] e dos trabalhadores do porto como “desordeiros perigosos”[9].

Rapidamente, os operários formaram o Comitê Pró-Liberdade de José Leandro da Silva e a *Associação dos Marinheiros e Remadores* fez de José Leandro um herói. Lopes (2011) mostra a relação que se estabeleceu entre o caso de José Leandro e o de Sacco e Vanzetti nos EUA[10].

Atravessando as clivagens étnicas e as desigualdades raciais, a solidariedade dada pelo sindicalismo e dentro deste, o anarquismo, foi exemplar e fortaleceu a luta operária, assim como deu visibilidade ao caso de José Leandro. Seu caso também reativou a greve dos marítimos que se estendeu a outras categorias. Uma greve geral foi declarada na madrugada do dia 12

para o dia 13 de fevereiro de 1921 pela FTRJ[11].

A greve dos marítimos seguiria até junho de 1921, quando uma bomba explodiu em frente aos portões de ferro do edifício da Bolsa de Valores, arrancando os batentes e reduzindo a estilhaços a porta interior de madeira. Os marítimos exigiam uma jornada de 8h de trabalho, reajuste salarial e readmissão dos grevistas. Uma bomba também estourou na entrada do Palácio do Itamarati, então Ministério das Relações Exteriores.

A ação foi atribuída pela polícia aos “planos terroristas dos operários em greve”[12]. O presidente Epitácio Pessoa recomendou a Polícia usar da máxima energia contra os grevistas e a Associação (que contava com trabalhadores imigrantes e nacionais) seria fechada com base na lei Adolfo Gordo (de expulsão de estrangeiros), por cinco meses.

Dois operários foram presos supor postamente planejarem dinamitar a caixa d’água de Santa Teresa e mais de 25 operários (padeiros) foram presos em frente à sede da *União dos Empregados em Padaria*. Na noite de 15 de fevereiro, a entrada do Clube Naval foi explodida por um petardo que atingiu as janelas do Theatro Municipal. Como resposta, o governo deportou cinco espanhóis e cinco portugueses anarquistas. Se eram ou não culpados, o fato é que a deportação destes para fora do país completava a construção discursiva do anarquismo enquanto “dinamitador”. Os relatos sensacionalistas multiplicariam na imprensa da época e, segundo a imprensa, teriam sido descobertas nove bombas, 74 cartuchos de dinamite, um retrato de Kropotkin e panfletos na casa de Alexandrino Valente Coutinho, secretário da *União dos Empregados em Padarias* e articulador do comitê grevista. A ênfase da imprensa oficial para a periculosidade dos anarquistas tinha um objetivo bem determinado: fortalecer a onda repressiva que se iniciara com mais ênfase após a insurreição de 1918.

José Leandro foi absolvido e solto em fevereiro de 1924 e, segundo *A Plebe*, 15 mil pessoas deixaram o trabalho para assistir os debates de seu julgamento. A ação do comitê de solidariedade foi fundamental para sua libertação. Paradoxalmente, 1924 seria um ano de muita repressão ao movimento operário

que atingiria seu auge com as deportações massivas de anarquistas e sindicalistas revolucionários – entre eles, muitos trabalhadores negros – para a Colônia Penal de Clevelândia, no extremo norte do país.

**Rafael Viana da Silva**

**Antônio Felipe Machado**

## Notas e Referências

[1] GAS-PA. “O lugar do racismo na luta de classes brasileira. O dilema do proletariado preto” In. Kilombagem, 2014. Disponível em <<http://kilombagem.org/o-lugar-do-racismo-na-luta-de-classes-brasileira-o-dilema-do-proletariado-preto/>>

[2] MATTOS, Marcelo Badaró. “Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro”. In. Revista Mundos do Trabalho, vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009, p. 51.

[3] SILVA, Maria Dalva Casimiro da. *Relações de Trabalho no Cais do Porto do Rio de Janeiro: Resistência e Modernização*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

[4] Ibid, p. 26.

[5] *Voz do Povo*, Edição Especial. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1921.

[6] DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 119.

[7] LOPES, Milton. “Sacco e Vanzetti: o protesto no Rio de Janeiro”. In. Emecê. Ano III, Nº 7. Outubro de 2007, pp-1-2.

[8] ARANTES, Erika Bastos. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia e Departamento de História, 2010, p. 22.

[9] Ibid, p. 48.

[10] LOPES, 2007.

[11] *Voz do Povo*, Edição Especial. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1921.

[12] O Estado de São Paulo. São Paulo, 10/02/1921.

